

## Prefácio

O Esplar traz à público os impactos dos usos dos agrotóxicos no Estado do Ceará, tendo como base os valores e princípios defendidos pelo Movimento Ciência Cidadã. Em seu manifesto, esse movimento declara que diante da mercantilização dos conhecimentos e da matéria viva, da desconsideração do saber popular, há o imperativo de afirmar *que uma ciência para todos deve se construir com todos, em um diálogo com os conhecimentos outrora desvalorizados*.<sup>1</sup>

E, coerente com essa premissa, o Esplar adotou o formato de um tribunal como iniciativa política pedagógica da escuta de testemunhas sobre a tragédia em comunidades rurais.

Lá foram ouvidas as inquietações e denúncias sobre a violação do direito à vida, à saúde humana e animal, ao meio ambiente, à produção de alimentos saudáveis para o autoconsumo e comercialização. O silenciamento das vozes dos animais, a morte das plantas, o adoecimento da população sem que muitas vezes os médicos identificassem as causas, transporta-nos na história.

No cenário da Primavera Silenciosa em inúmeras cidades americanas, na década de 1960, a brilhante cientista Rachel Carson<sup>2</sup>, alertava sobre os impactos dos inseticidas químicos aplicados na agricultura, mostrando exemplos do silêncio de morte da teia da vida com a destruição de paisagens, da biodiversidade na relação entre plantas, plantas e animais e o ser humano.

O tribunal expôs no grito de dor e de protesto das testemunhas a ampliação e aprofundamento dessa tragédia. Nos tempos atuais são formas de acumulação e dominação capitalista com o poder crescente das corporações internacionais e do Estado para a expansão do agronegócio dos monocultivos das commodities com a concentração fundiária. E, em contextos de conflitos fundiários os venenos têm sido usados como verdadeiras armas químicas. A pesquisadora brasileira, Larissa Bombardi,<sup>3</sup> usa a expressão de *colonialismo químico* para explicar o movimento do capital quando indústrias sediadas em países centrais do sistema econômico internacional vendem para países como o Brasil os agrotóxicos proibidos em seus próprios territórios.

Há um agravamento dos impactos sobre os corpos dos sujeitos de direitos, sobretudo das crianças e das mulheres. Transtorno do autismo em crianças, morte por leucemia, gravidez de alto risco, nascimento de prematuros, câncer de mama e tantas outras ecoam nas denúncias. A pulverização aérea, ontem com aeronaves e hoje com drones, vai

---

<sup>1</sup><http://www.movimentocienciacidade.org/manifesto#:~:text=manifesto%20ci%C3%Aancia%20Cidad%C3%A3&text=Vivemos%20uma%20mudan%C3%A7a%20de%20natureza,t%C3%A9nico%20%C3%A0s%20exig%C3%Aancias%20do%20capital>.

<sup>2</sup> Rachel Carson – Primavera Silenciosa Ed. Gaia, S.P., 2010  
<https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/fitossanidade/lapar/portugues-/primavera-silenciosa---rachel-carson.pdf>

<sup>3</sup> Larissa Mies Lombardi, Agrotóxicos e Colonialismo Químico, São Paulo: Elefante, 2023

espalhando o medo, a dor e a morte. E o silêncio do medo como imposição do temor da perda do emprego nas próprias empresas causadoras da violação de direitos, ganha voz.

Os saberes, os falares e os sentires aqui presentes convocam-nos a agir. Expressam um chamado ao engajamento na luta por um basta de venenos, participando *Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida* !<sup>4</sup> Um chamado dos movimentos agroecológico, feminista, socioambiental, da saúde pública para a concretização de um *Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos Já*<sup>5</sup>. Estes chamados estão ancorados nas lutas de resistência e nas ações territorializadas de promoção da agroecologia e construção dos caminhos da soberania e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores e agricultoras familiares e comunidades tradicionais que requerem a concretização de políticas públicas. E são esses mesmos sujeitos de direitos que contribuirão, juntamente com organizações da sociedade para a edição das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e da Agroecologia e Produção Orgânica.

Que os leitores e leitoras mobilizem-se lembrando também que em 2007, cerca de 1.200 participantes da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Fortaleza, ergueram sua voz para reafirmar que o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável , é um direito básico e “*deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, prazer, sabor, às dimensões de gênero, raça e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados*” (2007:31).<sup>6</sup>

Boa leitura!

Maria Emília Lisboa Pacheco

Núcleo de Políticas e Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)

Link para acessar o livro

<https://www.calameo.com/read/004290891d1364da80d12>

---

<sup>4</sup> <https://contraosagrototoxicos.org/>

<sup>5</sup> <https://agroecologia.org.br/2015/12/04/mais-saude-ou-mais-veneno-pelo-fim-dos-agrototoxicos-pronara-ja-2/>

<sup>6</sup> Relatório Final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Consea, 2007.